



## RELATÓRIO

### Mensagem do Conselho de Administração

De acordo com a Lei e o Regulamento Interno da nossa Instituição, o Conselho de Administração dirige-se aos senhores Associados para apresentação do Relatório e das Contas referentes ao ano económico de 2021.

Todos sabemos as dificuldades que as famílias e as empresas tiveram de vencer, devido à “COVID 19” que afetou o nosso País e o Mundo em que vivemos.

A nossa Instituição, muito por obra empenhada dos seus servidores – em especial dos Funcionários – e dos nossos amigos e parceiros, foi conseguindo sobreviver à terrível Pandemia e manter a qualidade dos nossos serviços, nas condições dificílimas que tivemos de enfrentar.

Aqui chegados, resta-nos apresentar à Assembleia Geral as contas anuais e, de consciência tranquila, aceitar a apreciação e o veredicto que os senhores Associados entendam por bem ditar.

Gião, 14 de Março 2022.

O Conselho de Administração,

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis		908 266,49	910 729,73
Investimentos financeiros		3 539,21	3 699,22
		<b>911 805,70</b>	<b>914 428,95</b>
<b>Activo corrente</b>			
Clientes		1 964,31	1 434,82
Estado e outros entes públicos		573,64	378,61
Diferimentos		3 095,38	3 108,73
Caixa e depósitos bancários		107 162,55	161 652,09
		<b>112 795,88</b>	<b>166 574,25</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>1 024 601,58</b>	<b>1 081 003,20</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPTAL PRÓPRIO</b>			
Capital realizado		42 881,19	30 000,00
Resultados transitados			-864,41
Outras variações no capital próprio		482 047,87	496 999,60
		<b>524 929,06</b>	<b>526 135,19</b>
Resultado líquido do período		17 126,70	13 745,60
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>542 055,76</b>	<b>539 880,79</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos		403 422,57	460 672,35
		<b>403 422,57</b>	<b>460 672,35</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		5 062,63	22 888,35
Estado e outros entes públicos		11 911,00	13 138,08
Diferimentos		18 143,32	
Outros passivos correntes		44 006,30	44 423,63
		<b>79 123,25</b>	<b>80 450,06</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>482 545,82</b>	<b>541 122,41</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>1 024 601,58</b>	<b>1 081 003,20</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO




O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



CENTRO SOCIAL DE GIAO  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA (ME)

Data: 2021/12/31

PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2021

Unidade Monetária (EUR)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados		135 673,81	112 596,84
Subsídios à exploração		249 560,58	232 045,91
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-19 589,68	-21 865,69
Fornecimento e serviços externos		-70 665,60	-55 994,82
Gastos com o pessoal		-270 349,43	-254 271,49
Outros rendimentos e ganhos		44 917,99	34 173,33
Outros gastos e perdas		-3 450,16	-2 440,53
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos:</b>		<b>66 097,51</b>	<b>44 243,55</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-38 778,99	-21 793,76
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>27 318,52</b>	<b>22 449,79</b>
Juros e gastos similares suportados		-10 191,82	-8 704,19
<b>Resultado antes de Impostos</b>		<b>17 126,70</b>	<b>13 745,60</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>17 126,70</b>	<b>13 745,60</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 1 JANEIRO 2021

Unidade Monetária (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - Método Directo</b>			
Recebimento de clientes		154 894,57	123 992,06
Pagamento a fornecedores		-108 648,27	-146 945,34
Pagamento ao pessoal		-188 726,50	-182 717,15
<b>Caixa gerada pelas operacoes</b>		<b>-142 480,20</b>	<b>-205 670,43</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-11 911,00	-12 759,47
Outros recebimentos/pagamentos		-20 282,58	-21 082,32
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>-174 673,78</b>	<b>-239 512,22</b>
<b>Fluxos de caixa das Actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangiveis			
Activos intangiveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangiveis			
Activos intangiveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsidios ao investimento		220 528,80	217 191,42
Juros e rendimentos similares		29 031,78	14 854,49
Dividendos			
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>249 560,58</b>	<b>232 045,91</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital proprio			
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outras operacoes de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-36 686,32	
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de Capital próprio			
Outras operações de financiamento		-32 690,02	
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>-69 376,34</b>	
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>5 510,46</b>	<b>-7 466,31</b>
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		11 652,09	19 118,40
Caixa e seus equivalentes no fim do período		17 162,55	11 652,09

O CONTABILISTA CERTIFICADO



NIF  
208370374  
Membro Nº  
50765



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



## ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercício 2021

### **1. Identificação da entidade:**

O Centro Social de Gião é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República nº 258 de 05/11/1999, Série III, com sede em R. D. Dinis, nº 536, Gião. Tem como atividade principal cuidados para crianças sem alojamento, atividades apoio social para pessoas idosas com alojamento, outras actividades de apoio social sem alojamento.

### **2. Referencial contabilístico:**

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2011, deste modo já há comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2021.

### **3. Principais políticas contabilísticas:**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1. Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

#### **3.1.1. Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### **3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas.

#### **3.1.3. Consistência de Apresentação:**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### **3.1.4. Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5. Compensação:**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.6. Informação Comparativa:**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contábilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contábilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## **3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis**

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada abaixo referidas:

Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções: 2,00%  
 Edificações Ligeiras: 16,66%  
 Equipamento Básico: 16,66 %  
 Equipamento Transporte: 20,00%  
 Equipamento administrativo: 20,00%  
 Outros ativos fixos tangíveis: 16,66%

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

### **3.2.2. Bens do património histórico e cultural**

Não existem “Bens do património histórico e cultural”.

### **3.2.3. Propriedades de Investimento**

Não existem “Propriedades de Investimento”

### **3.2.4. Ativos Intangíveis**

A Entidade não possui Ativos Intangíveis.

### **3.2.5. Investimentos financeiros**

O valor dos Investimentos Financeiros mencionados nesta rúbrica refere-se ao valor dos Fundos Compensação do Trabalho (FCT) e à retenção do Fundo Reestruturação Segurança Social.

### **3.2.6. Inventários**

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro

resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:

- o Alterações no risco segurado;
- o Alterações na taxa de câmbio;
- o Entrada em incumprimento de uma das partes;
- o Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
  - Alterações no preço do bem locado;
  - Alterações na taxa de câmbio
  - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença

entre o montante a receber e respectivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.8. Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.2.9. Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.10. Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Empréstimo – Montepio	137 743,02	0,00	141 265,17	0,00
Fundo Reestruturação Sector Solidário	66 240,95	0,00	78 843,72	0,00
Montepio – Crédito Investimento	29 438,60	0,00	30 000,00	
Montepio – Crédito Corrente	20 000,00		20 000,00	
Montepio - Emprést. – 095.30.100156-6	0,00		20 000,00	
Montepio – LC S.Social COVID 19	150 000,00		150 000,00	
Montepio Confirming	0,00		20 563,46	
<b>TOTAIS</b>	<b>403 422,57</b>	<b>0,00</b>	<b>460 672,35</b>	<b>0,00</b>

#### Locações

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Contrato 95.44.000099-0	0,00	3 348,42	0,00	5 782,80
<b>TOTAIS</b>	<b>0,00</b>	<b>3 348,42</b>	<b>0,00</b>	<b>5 782,80</b>

### 3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins

estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### **4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### **5. Ativos Fixos Tangíveis**

##### **Bens do domínio público/património histórico, artístico e cultural**

A Entidade não usufrui de bens do domínio público/património histórico, artístico e cultural.

##### **Outros Ativos Fixos Tangíveis**

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os

facin

abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

#### ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS

Rubricas	Inicial	Adições	Alienações	Final
Edifícios e Outras Construções	982 294,14	0,00	0,00	982 294,14
Equipamento Básico	44 552,19	2 490,75	0,00	47 042,94
Equipamento Transporte	48 164,58	33 825,00	0,00	81 989,58
Outros Ativos Fixos tangíveis	48 877,37	0,00	0,00	48 877,37
Investimentos em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1 123 888,28</b>	<b>36 315,75</b>	<b>0,00</b>	<b>1 160 204,03</b>

#### DEPRECIAÇÕES

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Reg./Abates	Saldo Final
Edifícios e Outras Construções	123 115,69	24 442,35	0,00	147 558,04
Equipamento Básico	28 089,87	2 758,98	0,00	30 848,85
Equipamento Transporte	26 940,84	9 941,82	0,00	36 882,66
Outros Ativos Fixos tangíveis	35 012,15	1 635,84	0,00	36 647,99
<b>TOTAL</b>	<b>191 364,79</b>	<b>38 778,99</b>	<b>0,00</b>	<b>251 937,54</b>

## 6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Inventário de Mercadorias, Matérias-primas e subsidiárias		
Movimentos	2021	2020
Existências iniciais	0,00	0,00
Compras	19 589,68	21 865,69
Regularização de existências	0,00	0,00
Existências finais	0,00	0,00
Custos no exercício	19 589,68	21 865,69

## Rédito

Para os períodos de 2020 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rédito	2021	2020
Prestações de Serviços	135 673,81	112 596,84
Subsídios, Doações e Legados	249 560,58	232 045,91
Donativos	14 737,72	6 622,59
Outros	30 162,57	27 550,74
<b>TOTAIS</b>	<b>430 134,68</b>	<b>378 816,08</b>

## 7. Imposto sobre o Rendimento

A atividade da IPSS é na sua totalidade isenta de IRC.

## 8. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos/sociais/... da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2020 foi de 19 e em 31/12/2021 foi de 21.

<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Pessoal	223 414,02	210 557,60
Encargos com remunerações	44 384,96	40 105,10
Seguros de Acidentes no Trabalho	1 441,15	2 410,91
Outros Gastos com o Pessoal	1 109,30	1 197,88
<b>TOTAL</b>	<b>270 349,43</b>	<b>254 271,49</b>

## 9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 11.1. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

<b>Diferimentos</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Seguros	3 095,38	3 108,73
Rendimentos a reconhecer – Norte 2020 – Requalificação da creche	18 143,32	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>21 238,70</b>	<b>3 108,73</b>

## 11.2. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2020 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Fluxos de Caixa	2021	2020
Caixa	1 211,76	150,49
Depósitos à ordem	15 950,79	11 501,60
Depósitos a prazo	90 000,00	150 000,00
<b>TOTAL</b>	<b>107 162,55</b>	<b>161 652,09</b>

## 11.3. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Fundos Patrimoniais	2021	2020
Fundo Social	42 881,19	30 000,00
Resultados Transitados	0,00	(864,41)
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	482 047,87	496 999,60
Resultado líquido do exercício	17 126,70	13 745,60
<b>TOTAIS</b>	<b>542 055,76</b>	<b>539 880,79</b>

## 11.4. Clientes/Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” e “Clientes” é discriminado da seguinte forma:

Fornecedores	2021	2020
Fornecedores c/c	5 062,63	22 888,35
Fornecedores títulos a receber	0,00	0,00
<b>TOTAIS</b>	<b>5 062,63</b>	<b>22 888,35</b>
Clientes	2021	2020
Cliente c/c	0,00	0,00
Clientes / Utentes	1 964,31	1 434,82
<b>TOTAIS</b>	<b>1 964,31</b>	<b>1 434,82</b>

### 11.5. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Dr	Dr	Dr	Cr
Retenção Juros depósitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Retenções de IR	0,00	1 578,00	0,00	1 135,50
IVA Reembolsos Pedidos	573,64	0,00	378,61	0,00
Segurança Social	0,00	10 333,00	0,00	12 002,58
<b>TOTAIS</b>	<b>573,64</b>	<b>11 911,00</b>	<b>378,61</b>	<b>13 138,08</b>

### 11.6. Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal:	0,00	0,00	0,00	0,00
Remunerações a pagar	0,00	491,00	0,00	2 753,15
Fornecedores de Investimentos	0,00	3 348,42	0,00	8 964,94
Credores por acréscimo de gastos	0,00	38 966,88	0,00	31 505,54
Outros Devedores e Credores	0,00	1 200,00	0,00	1 200,00
<b>TOTAIS</b>		<b>44 006,30</b>	<b>0 00</b>	<b>44 423,63</b>

### 11.7. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios ISS	220 528,80	217 191,42
Subsídios IEFP	7 697,29	6 938,52
Outros subsídios	21 334,49	7 915,97
Doações	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
<b>TOTAIS</b>	<b>249 560,58</b>	<b>232 045,91</b>

### 11.8. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Fornecimentos e Serviços	17 789,24	16 421,18
Materiais	10 883,88	10 469,07
Energia e Fluidos	27 253,39	18 799,70
Deslocações, Estadas e Transportes	0,00	0,00
Serviços Diversos	14 739,09	10 304,87
<b>TOTAIS</b>	<b>70 665,60</b>	<b>55 994,82</b>

### 11.9. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	16 276,90	10 407,65
Descontos de pronto pagamento obtidos	2,97	500,02
Outros Rendimentos	28 620,42	23 265,66
<b>TOTAIS</b>	<b>44 900,29</b>	<b>34 173,33</b>

### 11.10. Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	1 486,65	1 602,95
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,40
Outros	1 758,28	135,00
<b>TOTAIS</b>	<b>3 244,93</b>	<b>4 258,69</b>

## 11.11. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Gastos e perdas de financiamento		
Juros Suportados	7 726,53	5 888,62
Outros gastos e perdas de financiamento	2 670,52	3 517,75
<b>TOTAIS</b>	<b>10 397,05</b>	<b>9 406,37</b>
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos		
Juros Obtidos	17,70	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
<b>TOTAIS</b>	<b>17,70</b>	<b>0,00</b>

## 11.12. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Gião, 29 de março de 2022

O Contabilista Certificado



O Órgão Deliberativo

Jacinto Costa  
Filomena Cardoso